

Aspectos Intergeracionais de Famílias em Situação de Violência

Aline Cristini da Silva¹

Gabriela Zinne Oro²

Carina Nunes Bossardi³

Resumo

A violência intrafamiliar, sendo considerada como um problema de saúde pública indica a necessidade de estudos e intervenções voltadas para mudanças na maneira de pensar e conduzir as relações entre as pessoas. Esta pesquisa consistiu em um estudo qualitativo com o objetivo de compreender os aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. Participaram doze famílias com filhos de um a dez anos. Utilizou-se um roteiro de entrevista elaborado para esta pesquisa, baseado em instrumentos sobre táticas de resolução de conflitos e sobre funcionamento familiar. A entrevista foi utilizada para a elaboração dos genogramas, abordando temas como conflitos conjugais e parentais, bem como a conjugalidade dos pais dos entrevistados e as práticas intergeracionais. Os genogramas foram construídos por meio do programa genopro. Os resultados apontaram que nas relações representadas houve episódios de conflitos, retratando a violência dentro daquele meio, sendo possível identificar a transmissão intergeracional da violência presente nestes casos.

Palavras-chave: *transmissão intergeracional, violência, família, genograma*

Intergenerational Aspects of Families in Situation of Violence

Abstract

Intrafamily violence, being considered a public health problem, indicates the need for studies and interventions aimed at changes in the way of thinking and conducting relationships between people. This research consisted of a qualitative study with the objective of understanding the intergenerational aspects of families in situations of violence. Twelve families with children from one to ten years participated. An interview script designed for this research was used, based on instruments on conflict resolution tactics and family functioning. The interview was used to prepare the genograms, addressing topics such as marital and parental conflicts, as well as the conjugality of the interviewees' parents and intergenerational practices. The genograms were constructed using the genopro program. The results showed that in the relationships represented, there were episodes of conflict, portraying

¹ Psicóloga, graduada pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: alines@edu.univali.br

² Psicóloga, graduada pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: gabrielazinneoro@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de graduação e do Programa de Mestrado em Psicologia e professora do Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: carinabossardi@univali.br

violence within that environment, making it possible to identify the intergenerational transmission of violence present in these cases.

Keywords: *intergenerational transmission, violence, family, genogram*

A família é conceituada como um conjunto de normas, práticas e valores que possuem seu lugar, tempo e história. Além disso, o termo família denota uma realidade social e institucional associada à política, no que diz respeito ao seu condicionamento e difusões (Biroli, 2014; Walsh, 2016). Nesta complexidade que envolve a compreensão do sistema familiar, a noção de família aparece constantemente relacionada a estabelecimento de vínculos, afetos e sentimentos. Mesmo assim, as experiências que vivenciamos dentro das relações familiares são individuais, particulares e importantes para a concepção de quem somos, ou seja, para o desenvolvimento e constituição das identidades.

Frente a uma diversidade de mudanças que as famílias vêm enfrentando tanto em termos de estrutura, conceituação, quanto de funcionalidade, muitas relações acabam ocorrendo, alterando até mesmo as funções de cada membro e, ocasionando conflitos ou situações de crises complexas. Dessa forma, considerando os fenômenos que ocorrem dentro do contexto familiar, é necessário mencionar as formas de violência acerca do sistema familiar (Falcke & Wagner, 2014; Falcke, 2020).

A violência intrafamiliar é um problema de saúde pública, necessitando de mudanças de comportamentos e na maneira de pensar, conduzir as relações entre as pessoas. Logo, as mudanças nas inter-relações da família atenuaram as desigualdades presentes entre homens e mulheres, sendo a violência conjugal entendida como uma questão de gênero, tendo por base questões culturais, educacionais e dominação econômica. Nossa sociedade destina papéis de submissão e passividade para a mulher (Alves & Arpini, 2017; Bolze, 2016; Falcke, 2020).

A violência pode vir a se manifestar na dimensão de desigualdade e é uma ameaça permanente à vida por ser caracterizada pela passividade e o silêncio da vítima. Em muitos casos, os conflitos conjugais exercem influência nas relações parentais e, não raro, são encontrados nas famílias casos em que os conflitos conjugais e parentais eram resolvidos com base em táticas violentas pelos próprios pais daqueles que hoje compõem a família e acabam dando continuidade em algumas práticas vivenciadas na família de origem (Bolze, 2016; Bolze, et al., 2017; Falcke, 2020; Marchetto, 2013; Marin, et al., 2013).

De acordo com a OMS (WHO, 1996) a violência possui diversas configurações: na violência interpessoal se encontra a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, contra o parceiro (a) e contra o idoso; existe a violência auto infligida, em que entra o suicídio e as mutilações; a violência comunitária, perpetrada contra vizinhos e desconhecidos; e a violência coletiva, cuja natureza é social, política e econômica (Costa, et al., 2016; Marchetto, 2013).

A violência doméstica pode ser configurada em quatro modalidades: A violência física que compreende o uso de força física no relacionamento com a criança/adolescente por parte dos pais ou responsáveis em âmbito familiar. A violência sexual que abrange todo ato ou jogo sexual, sendo o mesmo hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança/adolescente. Há também a violência psicológica que se evidencia como interferência negativa do adulto sobre a criança e sua

competência social, aderindo um padrão de comportamento negativo. E por último temos a negligência que seria a omissão da família em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou um adolescente (Bhona, et al., 2011; Ristum, 2010; Schulz & Colossi, 2020).

Frente às iniciativas de compreensão e intervenção no campo da violência, estratégias regionalizadas têm sido implementadas no Brasil. Neste sentido, o Ministério da Saúde criou uma cartilha sobre a violência intrafamiliar orientando a prática dos serviços de saúde. Nesta cartilha são destacados alguns fatores de riscos às famílias para ocorrência de violência praticada por membros da própria família, por indivíduos que possuem afinidade ou afetividade para com famílias cujas relações são centradas em papéis e funções rigidamente definidos, ou naqueles em que não há diferenciação de papéis (Brasil, 2011; Marchetto, 2013).

Muitos são os pontos importantes indicados nesta cartilha e que levam a certa impotência ou fracasso em lidar com a situação de violência. Destacam-se análise de limites e crises, tais como perdas, separação, desemprego, morte, baixo nível de autonomia nos membros da família, presença de um modelo familiar violento na história de origem das pessoas envolvidas, como abuso na infância e abandono; histórico de abuso de drogas, antecedentes criminais ou uso de armas; comprometimento psicológico/psiquiátrico dos indivíduos, dependência econômica/emocional e baixa autoestima da parte de alguns de seus membros (Brasil, 2011; Marchetto, 2013).

Em alguns casos, há uma predominância da violência que acaba se tornando intergeracional, isto é passada de pais para filhos, devido à falta de cuidado e prevenção que deveria partir do agredido para que não ocorra novamente dentro do âmbito familiar (Bolze, 2016; Bolze, et al., 2017; Marchetto, 2013; Marin, et al., 2013). A percepção da transmissão intergeracional da violência se fundamenta na ideia de que indivíduos que foram vítimas ou testemunhas de atitudes violentas dentro do seio familiar, se tornam passíveis a apresentar os mesmos comportamentos ou se tornarem vítimas de violência em suas relações futuras. Crenças familiares, mitos e segredos são fenômenos de transmissão, assim como sentimentos, condutas e competências também são transmitidas de uma geração para outra. Sobre a continuidade geracional é importante citar que alguns estudos se pautavam na repetição de comportamentos violentos através das gerações, ou seja, crianças que sofriam maus-tratos na infância se tornavam pais abusadores (Bolze, 2011; Marin, et al., 2013; Martins & Mororó, 2016; Schulz & Colossi, 2020).

As relações intergeracionais não são iguais justamente pela diferença dos papéis sociais. Os sentimentos de afeto e a obrigação ou a promessa de benefícios econômicos são fatores que asseguram o contrato informal entre as gerações, mas as outras variáveis também contribuem. Explorar os padrões intergeracionais no decorrer do tempo, de forma vertical e horizontal, é uma parte importante para identificar padrões e estilos parentais, enquanto eles se manifestam de forma individual, e nas relações em casais e famílias. Desta forma, torna-se possível a identificação dos fatores de risco para a violência intrafamiliar e, podem-se propor intervenções voltadas à prática clínica, como também para a atenção à saúde das famílias em todos os níveis de complexidade (Bolze, 2016; Marin, et al., 2013; Paim & Falcke, 2018; Schulz & Colossi, 2020; Silva, et al., 2020).

Para tanto, a violência necessita de um olhar contemporâneo, mais atento e crítico, pensando em ações voltadas para o contexto familiar e social. Desta forma, espera-se que esta pesquisa possa

contribuir com a sociedade e o meio científico, de forma a gerar reflexões sobre o funcionamento e a relevância dos serviços da rede de saúde especializados em atender famílias com histórico de violência a fim de elaborar e aplicar novas políticas públicas e de estratégias de intervenção com a finalidade de promover a saúde de maneira atenta e adequada a esse público. Nesta perspectiva, este trabalho teve como objetivo compreender os aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. Para tanto, a discussão faz-se necessária, tendo em vista que esse fenômeno transpõe gerações.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, na qual foram investigados os aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência (Flick, 2008).

Participantes

Participaram 12 famílias formadas por pais/mães/responsáveis que tinham ao menos um filho na idade entre um a dez anos. Guest, et al., (2006) ressaltam a respeito de saturação dos dados, ou seja, o número de participantes desta pesquisa seguiu os critérios de saturação dos dados indicados pelos autores. Os critérios utilizados foram ser pai, mãe ou cuidador, maiores de 18 anos, responsáveis por crianças na idade entre um a dez anos, e com histórico de violência intrafamiliar, ou seja, que tenham experienciado ocorrências de qualquer tipo de violência na família e que tenham sido notificadas à rede de atenção em saúde. Poderiam participar pais ou responsáveis da criança, mesmo que o casal não estivesse mais vivendo junto.

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos participantes, sendo possível observar que as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, com as progenitoras e, com apenas um progenitor. Vale ressaltar que a idade dos entrevistados oscilou entre 25 e 44 anos evidenciando a quantidade de filhos de um (01) em grande parte das famílias. Sobre o relacionamento conjugal, a maioria dos participantes entrevistados definiu-se como sendo casados.

Tabela 1

Caracterização dos participantes

Sujeito	Idade	Gênero	Filhos	Idade dos Filhos	Estado Civil
P1	40 anos	Masculino	1	03 anos	Divorciado
P2	34 anos	Feminino	1	07 anos	Casada
P3	32 anos	Feminino	1	03 anos	Casada
P4	29 anos	Feminino	1	06 anos	Divorciada
P5	44 anos	Feminino	4	08 anos, 07 anos, 05 anos e 01 ano	Casada
P6	28 anos	Feminino	3	07 anos, 04 anos e 02 anos	Casada
P7	32 anos	Feminino	3	10 anos, 06 anos e 02 anos.	União Estável
P8	25 anos	Feminino	3	8 anos, 06 anos e 04 anos	Solteira
P9	34 anos	Feminino	2	06 anos os dois.	Casada

P10	38 anos	Feminino	1	07 anos	União Estável
P11	32 anos	Feminino	2	09 anos, 05 anos.	União Estável
P12	32 anos	Feminino	2	10 anos, 08 anos.	União Estável

Instrumentos

Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, construído para esse estudo, e após, a elaboração dos genogramas baseada nas entrevistas. A entrevista foi baseada nos seguintes instrumentos: Parent-Child Conflict Tactics Scales – CTSPC, que é usado para identificar violência contra a criança (Bolze, 2016; Marchetto, 2013); o Revised Conflict Tactics Scales - CTS2 concebido especificamente para identificar o uso da violência entre indivíduos que tenham relação de namoro, casamento ou afins (Bolze, 2016) e a escala FACES IV (Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales) de Olson, et al., (2007), que é um instrumento composto por três conceitos-chave para compreensão do funcionamento familiar, coesão, flexibilidade e a comunicação. Assim sendo, as questões da entrevista versaram sobre a história dos relacionamentos entre pais e filhos, do casal, bem como com a família de origem. As fontes e táticas de resolução de conflitos e o funcionamento familiar de forma transgeracional foram abordados, seguindo os preceitos do genograma e identificação das relações entre os membros.

O genograma é usado como instrumento dentro da Terapia Familiar Sistêmica por ser muito efetivo na obtenção de informações do funcionamento familiar. É um tipo de imagem gráfica que representa o histórico e o padrão familiar, possibilitando a compreensão da estrutura e da relação entre a família, bem como a identificação de fatores de tensão (Muniz & Eisenstein, 2009). Numa compreensão da transmissão intergeracional da violência, o genograma é um ponto importante, pois mostra as relações entre cada membro da família, e pode trazer questões como a dinâmica familiar, que são de suma importância para a delimitação da figura referenciada da família (Sitnik-Warchulska; Izydorczyk, 2018).

Procedimentos de Coleta de Dados

As famílias com histórico de violência familiar foram contatadas por meio da Rede de Atenção Psicossocial de um município da região do Vale do Itajaí (SC). Dessa forma, foram selecionadas por meio do Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS, sendo estas as famílias ligadas ao serviço social, constatadas por meio dos agentes Comunitários de Saúde – ACS.

Após aceitarem a participar da pesquisa, as entrevistas foram realizadas nas residências das famílias, com duração de aproximadamente 50 minutos, sendo gravadas e transcritas na íntegra. As entrevistas foram realizadas por pesquisadores da área da Psicologia, em local reservado na residência, respeitando a privacidade e sigilo dos dados, bem como os riscos e medidas mitigatórias envolvidas nesta pesquisa.

Procedimentos de Análise de Dados e Éticos da Pesquisa

A análise dos dados seguiu a análise categorial temática conforme Bardin (2016). Desta forma, a organização dos dados ocorreu respeitando as fases da pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Outro procedimento de análise dos dados foi o genograma, construído por meio do genopro, uma aplicação de software para desenhar árvores genealógicas e genogramas (Demaria, et al., 2017; Muniz & Eisenstein, 2009).

Esta pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado de número [CAAE: 78953617.1.0000.0120]. Em conformidade com a legislação vigente, fez atenção aos cuidados necessários exigidos para uma pesquisa com seres humanos, incluindo a leitura, compreensão e consentimento esclarecido, respeitando parâmetros éticos, de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16, representados em última instância pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados e Discussão

Esta pesquisa faz parte de um estudo maior sobre a violência intrafamiliar aprovado pelo Programa de Bolsas de Pesquisa do Estado de Santa Catarina fundamentado no UNIEDU, no qual se buscou identificar os tipos de violência que estão presentes nas práticas parentais, observando os conflitos conjugais, as formas de resolução de conflitos, como agressões físicas e agressões verbais, e os conflitos parentais, que além das agressões também traz as punições.

Para fins deste estudo são apresentados apenas os dados a respeito da transmissão intergeracional da violência, com uso do genograma. A partir das entrevistas realizadas foi sistematizada uma categoria sobre a transmissão intergeracional, contemplando duas subcategorias. A categoria da transmissão intergeracional refere-se ao relacionamento com a família de origem e sua relação com a família nuclear. Desta emergiram duas subcategorias: 1) conjugalidade e conflitos dos pais dos entrevistados (identifica como era a relação entre os pais dos entrevistados quando estes eram crianças) e 2) práticas intergeracionais (Diz respeito às práticas exercidas pelos entrevistados em relação a seus filhos, de forma a seguir o padrão estabelecido pelos seus pais).

Conjugalidade e Conflitos Conjugais dos Pais dos Entrevistados

Em relação aos conflitos conjugais dos pais dos entrevistados, os participantes relataram ter presenciado brigas e discussões dos pais por diversas vezes, como mencionado por um dos sujeitos da pesquisa, que via a mãe constantemente apanhar do pai, assim como os relatos em que a agressão partiu da mãe para com o pai. Há também participantes que não lembram como se davam os conflitos dos pais, e outros que mesmo sem ver as agressões, sabiam que o relacionamento dos pais não era muito bom. Três participantes afirmaram que eles discutiam, mas que não usavam a agressão como forma de resolução para os conflitos do casal.

Quando questionados sobre o relacionamento dos pais enquanto crianças, grande parte dos participantes relatou presenciar discussões e agressões físicas entre eles, como se pode notar nas falas abaixo:

“Quando viviam junto minha mãe apanhava muito do meu pai, apanhava igual uma condenada”.
(P7)

“Eles já brigavam muito de xingamentos, gritos, mas teve umas vezes que eles brigaram de agressão também”. (P9)

O entrevistado denominado P2 comenta que o relacionamento entre os pais foi bem conturbado, incluindo agressões que na maioria das vezes ocorriam por parte da mãe:

“Eles brigavam muito. Era bem conturbado, foi bem conturbado o relacionamento deles. Era normalmente minha mãe que agredia.”

Ao considerar a família, estudos feitos por Bhona, et al., (2011) indicam que uma mesma pessoa pode ser vítima e também agressora em diferentes relações, e que o tipo de violência sofrida está relacionado à violência perpetrada. Por exemplo; a vítima de violência psicológica pode praticar violência física mais grave contra o parceiro e essa relação da mulher com o cônjuge pode servir de modelo para sua relação com os filhos. A violência vivenciada em casa perpassa as gerações, pois as crianças que presenciam cenas de violência entre os adultos de referência (pais e cuidadores), apresentam uma tendência a reproduzi-la durante sua vida adulta. Assim sendo, vivenciar estes fatos quando criança se constitui também como forma de violência (Martins & Mororó, 2016).

Três dos entrevistados relataram que os pais tinham um bom relacionamento, como consta nas seguintes falas:

“Era ótimo. Eu já moro aqui na rua há 37 anos, nesse bairro, cresci aqui correndo na rua”. (P1)

“A relação que ele tinha com a minha mãe era boa, só que tipo assim, tudo tinha que ser mais ou menos assim do jeito dele.” (P3)

“Era assim um relacionamento com mais paz, não tinha tanta coisa assim como é hoje, era mais tranquilo.” (P6)

O entrevistado P4 referiu não lembrar da relação entre os pais, visto que o pai faleceu quando ela tinha apenas dois anos de idade, como traz:

“Eu não lembro porque o meu pai faleceu quando eu tinha dois anos. Minha mãe nunca mais casou, aí foi eu e ela só.”

A violência atravessa muitas gerações, tendo em vista o aprendizado social e a repetição de situações não resolvidas entre os membros da família. Segundo estudos, mães com temperamento explosivo podem contribuir para criar filhos conflituosos e pouco tolerantes. É rara a prática de apenas um tipo de violência, e a violência física e verbal, presentes na adolescência, estão relacionadas a posterior expressão de agressão nos relacionamentos íntimos (Schulz & Colossi, 2020).

Práticas Intergeracionais

As principais formas de práticas intergeracionais que foram identificadas dizem respeito à aplicação de castigos, os pais entrevistados afirmam que é a melhor maneira de resolver as situações de conflitos com os filhos. Apareceu também a conversa como um dos modos de resolução. Em relação a práticas coercitivas, o gritar também foi visto em uma entrevista. Outra participante ao pensar em relação a sua forma de parentalidade, reconheceu que faz exatamente as mesmas coisas que sua mãe fazia.

Em relação às práticas reproduzidas, a que mais se destacou foi o castigo. P6 menciona:

“Quando eles tão aprontando assim, que tão demais, castigo, tiro o que eles gostam e deixo de castigo no quarto. Fica ali até aprende, não aprendeu volta pro castigo de novo.”

Grande parte dos participantes diz que educam os filhos da mesma forma que foram educados, como se pode observar nas seguintes falas:

“O cuidado, tudo, a proteção, aquelas coisas todas, tudo que minha mãe fazia eu faço igual”. (P4)

“Sim, às vezes eu dou uns berrinhos com ela também, mas, por exemplo, bater não. Eu apanhei muito e na S (filha). Eu já evito, já não consigo”. (P2)

“Como meu pai era muito grosso e agressivo com meus irmãos e eu acabei vendo tudo aquilo ali, hoje meu comportamento com o G (filho). é meio que igual, às vezes sou estúpida, sou grossa, isso tudo é reflexo do que eu lembro que meu pai fazia com meus irmãos né”. (P10)

Pesquisas sobre experiências na família de origem mostram que quando se tem um histórico de punição física e de vitimização na infância, há grande probabilidade de que essa aceitação da punição aumente as chances de o indivíduo se tornar um perpetrador, colaborando para a manutenção dessa prática (Boas & Dessen, 2019). Ainda observando as falas dos entrevistados, percebe-se que houve manutenção das práticas coercitivas e indutivas entre as gerações. De acordo com a pesquisa de Marin, et al. (2013) os resultados indicam que as práticas coercitivas se mantêm como estratégia de socialização das crianças, porém, é possível notar que os pais vêm utilizando com maior frequência o uso combinado de práticas indutivas e coercitivas, que pode sugerir uma verdadeira mudança na concepção de como criar um filho adequadamente entre as gerações.

Os pais costumam trazer sua forma de cuidar e suas estratégias desenvolvidas na sua experiência de serem filhos, repetindo o modelo parental aprendido, no entanto, pode existir uma quebra dos padrões. Algumas mães que se lembram de terem sido rejeitadas ao invés de aceitar enquanto crianças, podem se tornar mais responsivas com seus filhos. Ocorreram grandes mudanças

culturais no último século, entre elas a mudança entre o modelo controlador e autoritário, para um modelo que valoriza a comunicação e a independência dos filhos (Marin et al., 2013).

Contribuições do Genograma na Compreensão da Transmissão Intergeracional

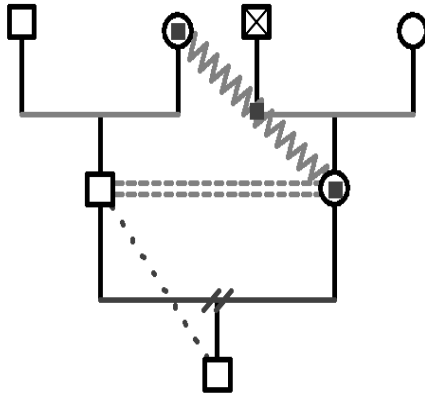
A partir dos resultados desta pesquisa, foi possível delinear junto das famílias, o genograma, para melhor compreensão do sistema familiar e suas relações. Partindo do pressuposto que dentro desta pesquisa o tema pertinente é violência. Dentre as doze famílias participantes foram elencadas cinco que detalharam em suas relações maiores conflitos e dificuldades tanto com a família nuclear atual como com a família de origem, para assim, analisar a transmissão intergeracional da violência presente nestes casos.

Na família de P4, a progenitora, de 29 anos narrou sobre as dificuldades enfrentadas nos relacionamentos familiares. A mesma, divorciada do marido, com quem tinha relacionamento abusivo, já havia sofrido diversas agressões do ex-marido, até que decidiu se divorciar. Assim, sua relação com o ex-marido é marcada pelos conflitos, causando dificuldades no relacionamento deles, quando se trata do filho. Seus pais são naturais do Paraná, seu pai já é falecido e sua mãe mora atualmente em uma cidade de Santa Catarina (SC). Os pais do ex-marido são vivos, moram em SC e também possuem conflitos com a ex-nora, que relata já ter sido agredida pela sua antiga sogra. Atualmente, não existe relação da entrevistada com a ex-sogra. O filho do casal está enfrentando problemas para ter um laço afetivo com o pai, pois também sofreu agressões do mesmo, ruminando assim, na falta de vontade da criança de passar os fins de semanas na casa do pai. Os pais do ex-marido são vivos, moram em SC e também possuem conflitos com a ex-nora, que relata já ter sido agredida pela sua antiga sogra. Atualmente, não existe relação da entrevistada com a ex-sogra. O filho do casal está enfrentando problemas para ter um laço afetivo com o pai, pois também sofreu agressões do mesmo, ruminando assim, na falta de vontade da criança de passar os fins de semanas na casa do pai.

Conforme a Figura 1, pode-se verificar a partir dessas narrativas dada pela progenitora, que a família do ex-marido, se envolve de forma direta no relacionamento desta família, exercendo grande influência na vida familiar dos mesmos. Nesta família disfuncional, os modos de interação entre os membros vão se estagnado, na forma de distanciamento ou na forma de interferência na vida uns dos outros.

Figura 1

Genograma da Família 04



Fonte: Dados da pesquisa – Genopro

Pode-se também perceber, que esta família encontra-se na fase de Aquisição, de acordo com a fala de P4. Esta fase é caracterizada pela aquisição de bens, e do cuidado com os filhos pequenos.

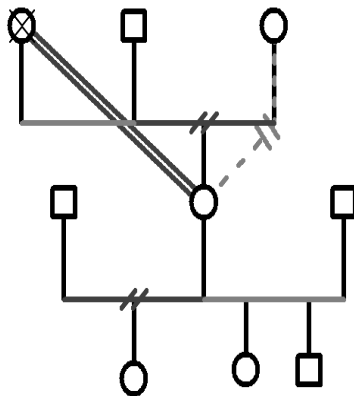
“Aí me mudei, daí aos poucos fui mandando fazer os móveis e hoje a gente tudo, graças a Deus. A gente tinha quatro ou cinco televisões na casa, eu saí com uma, aí depois aos poucos fui comprando, do meu quarto, do meu filho né, hoje tem tudo graças a Deus, tenho minhas coisas, tenho meus móveis, tenho tudo”.

Presenciar ou testemunhar as situações de violência dentro do contexto familiar é uma preocupação para os pesquisadores internacionais, pois não apenas como vítima, mas como a exposição indireta, como testemunha da violência, resulta em consequências para o desenvolvimento humano. Como por exemplo, depressão, ansiedade, agressão, comportamento antissocial, transtorno de estresse pós-traumático, suicídio e sintomas somáticos (Patias, et al., 2014).

Na Figura 2 está representado o genograma da família do P7. Nesta família quem concedeu a entrevista para este estudo foi M., sua família é formada por ela, seus três filhos e seu atual marido. M. tem 32 anos, e relata sobre as dificuldades que tinha na relação com sua mãe, e que considerava sua madrasta sua figura materna, pois era quem cuidava e lhe dava carinho em grande parte da sua vida. Logo, a mesma cortou relações com sua mãe. Ela passou por dificuldades no relacionamento, com o primeiro marido, relacionados a traição, desta maneira, se divorciou e tem uma filha. Após algum tempo, em seu antigo trabalho, encontrou seu novo marido, com quem vive atualmente, porém possui questões divergentes que causam conflitos como o uso da bebida por parte dele e conflitos sobre os lugares que o mesmo frequenta. Os dois juntos têm dois filhos.

Figura 2

Genograma da Família 07



Fonte: Dados da pesquisa – Genopro

Dentro desta família, se percebe falhas na comunicação, desde a relação da progenitora com a sua mãe, até com sua relação no seu casamento atual. Temos como exemplo a fala de P7:

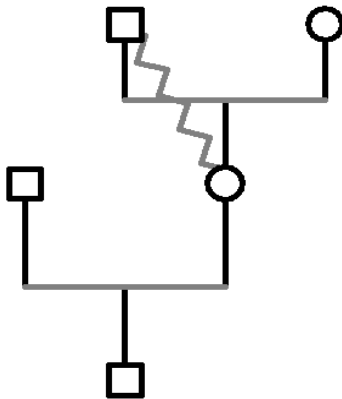
“Minha mãe nunca assim teve um carinho, nunca me deu uma roupa, nunca deu sapato pra mim, sempre me dando com os dois pé, entendesse? Eu fui rejeitada por ela”.

De acordo com Cerveny e Berthoud (1997) o ciclo vital da família brasileira subdivide-se em quatro fases: fase de aquisição, fase adolescente, fase madura e fase última. Em todas as fases do ciclo vital, as pessoas que fazem parte da família estão em processo de aquisição, no entanto a primeira fase do ciclo vital familiar recebe esse nome porque a aquisição é a característica mais central e específica. Assim, os objetivos dessa fase estão em encontrar o lugar para morar, o emprego que proporcione condições de sobrevivência, os acessórios domésticos que facilitam a vida, o carro, o seguro saúde, muitas vezes até a complementação educacional. Os filhos pequenos também fazem parte dessa primeira fase, em que se inicia a aquisição de um modelo familiar próprio, com as pessoas selecionando, entre os modelos adquiridos em suas famílias de origem, aqueles que vão adotar em seu casamento (Ronchi & Avellar, 2011).

Na Figura 3 está o genograma da família de P10. A mãe possui 38 anos, um filho e está em uma relação estável relata que sua relação com o pai era muito conturbada. Ela conta que o pai era grosseiro e estúpido com ela, que a tratava mal, fazendo com que os dois não tivessem um relacionamento de pai e filha, com pouco vínculo. Ela relata que no dia-a-dia se vê repetindo as mesmas formas de agressões verbais e físicas que o pai aplicava nela, e que também é muito grossa com o filho. Fala que sua casa é como um quartel e ela o general, onde tem hora certa para todos realizarem as atividades, todos os dias. Neste caso, os padrões presentes na família de origem, levaram a construção de modelos, sobre o que deve ser seguido e evitado nas relações atuais. Esses padrões, que se embasam em mitos e segredos familiares, são transmitidos através das gerações, assim como em um processo de delegação familiar sobre o que é esperado de cada membro da família (Marin, et al., 2013).

Figura 3

Genograma da Família 10



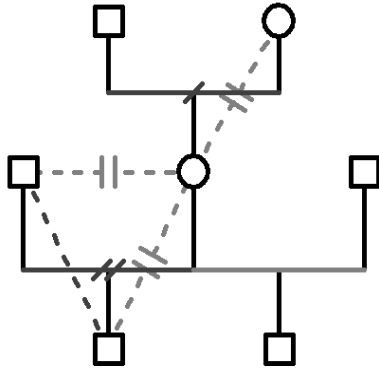
Fonte: Dados da pesquisa – Genopro

É possível observar a repetição desses padrões na seguinte fala da entrevistada:

“Como meu pai era muito, grosso e agressivo com meus irmãos e eu acabei vendo tudo aquilo ali, hoje meu comportamento com o [nome] é meio que igual” (P10).

Assim sendo, a mãe é consciente destes padrões intergeracionais e perpetua o mesmo comportamento que foi submetida pelo seu pai, quando criança. Esta família também se encontra na fase do Ciclo Vital Familiar de Aquisição. Essa fase trata da formação de um novo sistema, ou seja, a família é considerada como um sistema complexo, que se move através do tempo, levando consigo toda uma história, a ideia de união implica a fusão de dois sistemas familiares inteiros, ou seja, os valores, costumes e tradições dos grupos de origem dos parceiros serão redefinidos para a construção de um novo (Ronchi & Avellar, 2011).

Na Figura 4 está representada a família de P11. Observa-se que os conflitos estão em todas as gerações. A mãe, que possui 32 anos, têm dois filhos e união estável. Fala que o pai do seu primeiro filho sumiu quando ela engravidou, veio poucas vezes visitar o menino depois que ele nasceu, logo os dois não possuem nenhum tipo de contato. A. relata, que não possui contato com a sua mãe, pois a mesma pediu na justiça para que retirassem seu filho dela e lhe dessem a guarda, pois acreditava que A. batia muito no menino. Atualmente, A. não tem contato com o filho que mora com a mãe, é casada e possui outro filho, com seu atual marido, com quem convive atualmente. No decorrer do relato da participante, foi possível identificar uma forma autoritária como estilo parental. Na prática parental autoritária há uma preocupação com estabelecimento e cumprimento de regras e pouca manutenção da relação de afeto com os filhos. Os filhos de pais autoritários normalmente desenvolvem aspectos negativos de comportamentos externalizantes, como a agressão verbal ou física, e também internalizantes como ansiedade e depressão. Os conflitos familiares e a punição física são fatores de risco presentes nas práticas parentais (Ninomya, 2019).

Figura 4*Genograma da Família 11*

Fonte: Dados da pesquisa – Genopro

Um aspecto importante dentro desta família, é que a mãe, informa que batia no filho mais velho, pois o criava sozinho, e que isto fazia com que fosse mais rígida com ele, para que o mesmo o respeitasse. Mas que atualmente, com seu filho mais novo, não bate tanto assim, mas sempre exige que todos sigam suas instruções relacionadas a horários e regras. Podemos observar isto na seguinte fala:

“Que nem, eu sou bem rígida entendeu, e na minha casa é como se fosse um quartel, tem hora pra comer, tem hora pra dormir, hora pra assistir, hora pra brincar, hora pra tomar banho, se desobedecer ou é castigo, castigo não deu então vai pra chinelada mesmo” (P11).

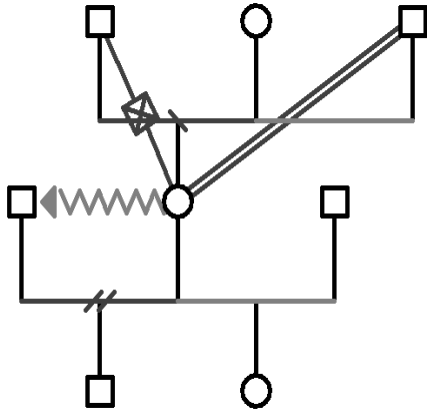
De acordo com Mondin (2017), a punição pode produzir a paz que os pais desesperados necessitam, com diversos efeitos colaterais, porém, não ensina para a criança caminhos alternativos que possam ensiná-la a adaptar-se de forma construtiva. Desta forma, quando a mesma fala sobre a forma com que batia no filho e a forma como foi educada, diz que: agora a minha mãe, batia em todo mundo também. Nota-se que a mãe age com os filhos da maneira como foi criada por sua família de origem, principalmente se tratando de situações onde exige obediência. A família se encontra na fase de Aquisição.

Na família de P12, conforme Figura 5, pode-se perceber diversos conflitos familiares, J., de 32 anos, relata que seu pai a abandonou quando criança. Logo, a mesma foi criada pelo padrasto, com quem possui grandes laços afetivos e sempre o teve como figura paterna. Em relação a sua família, J. esteve em um relacionamento abusivo, em que teve seu primeiro filho. Neste relacionamento, relata que desde a sua gravidez, o ex-marido saía e só voltava de madrugada. Quando o J.V. nasceu, ela relata que as discussões ficaram piores e viraram agressões, e essas brigas causaram formas de punição violentas para o filho mais velho. Ela se divorciou, mas as consequências para o seu relacionamento com o filho perduram até hoje. J. casou-se novamente e possui outra menina. Dentro das dificuldades enfrentadas pela mãe, antes de seu segundo casamento, ela afirma que: *“E daí*

como o menino era pequeno, a gente descontava nele né, qualquer coisinha que o menino fazia, eu já batia nele” (P12).

Figura 5

Genograma da Família 12



Fonte: Dados da pesquisa – Genopro

Neste caso, a reprodução da violência se dava através da relação abusiva vivida pela mãe, que na situação estressante em que vivia, transmitia para o filho a violência que era submetida todos os dias. Existem pesquisas que apontam que casais com baixos níveis de satisfação conjugal e que vivenciam conflitos intensos e frequentes, têm sua relação com os filhos afetada de forma negativa (Hameister, Barbosa, & Wagner, 2015). Ademais, havia o histórico de violência que veio de sua família de origem que a progenitora conta que: “*meu ela (mãe), me batia por qualquer coisa, descia no sarrafo*” (P12).

Experiências que envolvam figuras significativas, no mundo familiar, vão sendo gravadas no indivíduo. Essas bagagens compreendem a cultura, a moral, e os valores das gerações anteriores, vão afetar, sem que o indivíduo perceba sua forma de agir, suas decisões, escolhas profissionais e afetivas, entre outras. Logo, é comum existir acontecimentos que são reflexos de acontecimentos da geração anterior, como podemos observar neste caso (Falcke & Wagner, 2014).

Considerações Finais

Dentro da pesquisa procurou-se compreender como funcionam os aspectos intergeracionais de famílias que possuem histórico de violência intrafamiliar. Em todos os casos, foram encontrados relatos sobre os participantes presenciarem discussões e agressões físicas entre os pais quando crianças. Já em relação às práticas reproduzidas, a que mais se destacou foi o castigo. Além disso, grande parte dos participantes diz educar os filhos da mesma forma que foram educados. Pode-se também observar nas relações representadas pelos genogramas que houve vários episódios de conflitos e dificuldades, retratando a violência dentro daquele meio, sendo possível identificar a transmissão intergeracional da violência presente nestes casos, sendo reproduzidas por algumas

famílias apresentadas. Em outras palavras, ficou evidente o quanto os padrões de comportamentos acabam se repetindo dentro das famílias, a forma de educar acaba sendo geracional, mesmo que de forma inconsciente, sendo difícil para os pais quebrarem esse molde familiar.

Para a realização dessa pesquisa houve algumas limitações que consequentemente afetaram os resultados obtidos como, por exemplo, a dificuldade em conseguir acessar o público alvo, por se tratar de um tema complexo, incluindo o desafio de realizar as entrevistas por meio das visitas domiciliares e, desta forma, incluir o cuidado em termos de privacidade para a conversa e confecção do genograma. Considerando a importância de se abordar temas como esse e a escassez de materiais atuais encontrados, é necessário que haja uma investigação mais significativa em torno da violência no meio familiar, um ambiente de proteção, mas que pode acabar se tornando um contexto difusor de hostilidade. Indicações importantes neste campo estão entre a relação entre pesquisa e intervenção e maiores vínculos com o serviço de atenção à saúde e cuidado das famílias em situação de violência. Nesse sentido, é importante ressaltar que os resultados deste estudo poderão servir para auxiliar no trabalho com famílias na clínica e também na área da saúde. O uso do genograma enquanto ferramenta de complementação e melhor compreensão das relações familiares reflete em importante implicação para a prática clínica na terapia, bem como no manejo dos padrões e táticas de resolução de conflitos entre casais e entre pais e filhos.

Referências

- Alves, A. P. & Arpini, D. M. (2017). A conjugalidade e os conflitos vivenciados a partir do recasamento. *Pensando Famílias*, 21(1), 3-19. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a02.pdf>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (70 ed.). Almedina Brasil.
- Barreto, M., & Crepaldi, M. A. (2017). Genograma no contexto do SUS e SUAS a partir de um estudo de caso. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(58), 74-85. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nps/v26n58/n26a06.pdf>
- Bhona, F. M., Lourenço, L. M. & Brum, C. R. S. (2011). Violência doméstica: Um estudo bibliométrico. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 63(1), 101-110. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v63n1/v63n1a10.pdf>
- Biroli, F. (2014). *Família: Novos conceitos*. Editora da Fundação Perseu Abramo, 1ª ed., 7-23.
- Boas, A. C. V. & Dessen, M. A. (2019). Transmissão intergeracional da violência física contra a criança: um relato de mães. *Psicologia em estudo*, 24, 3-12. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42647>
- Bolze S. D. A. et al. (2011). Conflito conjugal: Uma revisão da produção científica brasileira. *Pensando famílias*, 15(2), 51-69.
- Bolze S. D. A. (2016). *Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais: uma perspectiva da transmissão intergeracional*. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177760/346987.pdf?sequence=1>

- Bolze S. D. A. et al. (2017). *Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: Características e estratégias de resolução*. Paidéia (Ribeirão Preto), 27(1), 457-465. <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201711>
- Brasil, Ministério da Saúde. (2011). *Violência intrafamiliar: Orientações para prática em serviço*. Secretaria de Políticas de Saúde, Brasília. [Online]. [20 de Agosto 2019]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (1997). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. Casa do Psicólogo.
- Costa, C. B., Cenci, C. M. B. & Mosmann, C. P. (2016). Conflito conjugal e estratégias de resolução: Uma revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 24(1), 325-338. <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-22>
- Demaria, R., Weeks, G. R. & Twist, M. L. C. (2017). *Focused genograms: Intergenerational assessment of individuals, couples, and families*. 2ª ed. Routledg,
- Falcke, D. & Wagner, A. (2014). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner, (org.), *Como se perpetua a família?: A transmissão dos modelos familiares* (pp.25-45). Ed. PUC/RS
- Falcke, D. (2020). *Avaliação psicológica na violência intrafamiliar*. Avaliação psicológica no contexto forense. Artmed.
- Flick, U. (2008). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed, 3(1), 408p.
- Guest, G., Bunce, A. & Johnson, L. (2006). *How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability*. *field method*, 18(56), 59-82. <https://doi.org/10.1177/1525822X05279903>
- Hameister, B. da R., Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: Uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 140-155. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v67n2/11.pdf>
- Marchetto, M. V. (2013). *A estrutura e da dinâmica de famílias de crianças vítimas de violência*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107023>
- Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. de O., Silva, I. M., Lopes, R. de C. S. & Piccinini, C. A. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: Evidências empíricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 123-132. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n2/01.pdf>
- Martins, A. C. & Mororó, G. M. (2016). Aprendizado intergeracional de violência por parceiro íntimo: desvendando a história de vida de mulheres que foram mães na adolescência. *Revista saúde em foco*, 1(1), 24-35. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0010.2626>
- Mondin, E. M. C. (2017). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia Argumento*, 26(54), 233-244. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19885/19187>

- Muniz, J. R. & Eisenstein, E. (2009). Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. *Revista brasileira de educação médica*, 33(1), 72-79. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000100010>
- Olson, D. H., Gorall, D. H., & Tiesel, J. W. (2007). *FACES IV and the Circumplex model: Validation study*. Minneapolis, MN: Life Innovations. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2009.00175.x>
- Paim, K. C. & Falcke, D. (2018). The experiences in the family of origin and the early maladaptive schemas as predictors of marital violence in men and women. *Análise Psicológica*, 36(3), 279-293. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.12/6680>
- Patias, N. D., Bossi, T. J. & Dell'aglio, D. D. (2014). Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(4), 901-915. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-17>
- Scantamburlo, N. P., Moré, C. L. O. O. & Crepaldi, M. A. (2012). O processo de transmissão intergeracional e a violência no casal. *Nova perspectiva sistêmica*, 21(44), 35-48. Recuperado de <https://revistanps.com.br/nps/article/view/250>
- Schulz, C., & Colossi, P. M. (2020). A transmissão transgeracional dos modelos conjugais. *Pensando famílias*, 24(1), 45-64. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a05.pdf>
- Sitnik-Warchulska, K. & Izydorczyk, B. (2018). Family patterns and suicidal and violent behavior among adolescent girls: Genogram analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health: SL*, 2026(15), 30-48. <https://doi.org/10.3390/ijerph15102067>
- Silva, I. M. da, Schmidt, B., Lordello, S. R., Noal, D. S., Crepaldi, M. A., & Wagner, A. (2020). As relações familiares diante da COVID-19: Recursos, riscos e implicações para a prática da terapia de casal e família. *Pensando Famílias*, 24(1), 12-28.
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. F. Walsh, *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 3-27). Artmed.
- World Health Organization (WHO). 1996. Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority. *Genebra: WHO; document WHO/EHA/SPI. POA. 2*. Recuperado de https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf?ua=1

Endereço para correspondência

carinabossard@yahoo.com.br

Enviado em 30/08/2020

1ª revisão em 14/03/2021

Aceito em 29/04/2021